



Boletim da Pró-RESISTÊNCIA POPULAR

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

nº1 , abril 2017

A UNESP é criada a partir da junção de diversas faculdades no interior do Estado de São Paulo, este aspecto a diferencia das outras estaduais paulistas, pois ela está distribuída em 24 cidades, com 34 faculdades, atualmente 11 unidades complementares e 3 colégios técnicos. Esse aspecto cria uma série de dificuldades, dentre elas a articulação do movimento estudantil e a confluência de objetivos por conta das diferenças pontuais de cada localidade. Entretanto esse fator não impossibilitou as/os estudantes de se organizarem e lutarem por acesso e permanência ao ensino superior público e não deve ser impeditivo para que novamente nos organizemos para a luta a partir de nossa pauta mais democrática e comum: a permanência estudantil.

Na década de 1980 começa a eclodir a luta das/dos estudantes pobres por permanência estudantil. Muitas/os que ultrapassaram o filtro do vestibular ao se verem em uma cidade desconhecida, sem os familiares, sem moradia, sem emprego se veem em um dilema para continuar com o sonho do ensino superior. Assim, através de intensos processos de ocupações de salas de aula, que duraram anos, os estudantes da Unesp conquistam o direito a Moradia Estudantil. Entretanto esta vitória do movimento só chega para aqueles campi que se colocaram em luta no processo de ocupação: em Marília, Assis, Araraquara, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto foram construídas moradias estudantis – a exceção é Araçatuba, que não se colocou em luta e conseguiu a construção da moradia devido ao excedente de verba das moradias conquistadas.

A luta das/dos estudantes por permanência estudantil não parou por aí, além de Moradia Estudantil, na pauta dos estudantes, também estavam bolsas de auxílio socioeconômico e restaurante universitário. Com o avanço da luta as/os estudantes conseguiram os auxílios estudantis – infelizmente a quantidade de bolsas não sanava a demanda, e até os dias de hoje não sana - e o Restaurante Universitário, que em Marília, particularmente, foi construído após 20 anos de reivindicações estudantis! Nesse sentido, podemos ver que só na luta e com garra que a permanência sai na marra.

Após anos de mobilizações, greves, ocupações, conseguimos conquistar avanços para permanência estudantil. A última grande greve estudantil da Unesp conquistou as cotas raciais e sociais

para a Universidade, barrando o PIMESP¹, além de conquistar um órgão paritário², especificamente destinado para tratar a permanência estudantil enquanto questão social e não meritocrática, como era posta desde então.

Entretanto, a conquista deste órgão, a CPPE (Comissão Permanente de Permanência Estudantil), vem seguida de uma manobra da REItoria, que buscava maneiras de controlar nossos avanços, criando conjuntamente outra instância, a COPE (Coordenadoria de Permanência estudantil) que atua justamente para barrar qualquer tipo de avanço que a CPPE possa propor. Por isso, não podemos nos deixar enganar por esses órgãos burocráticos, pois é a luta e a organização quem decide os avanços da permanência, assim como do ensino, da pesquisa e da extensão.

A política de cotas conquistada após a greve de 2013 passa a funcionar na Unesp de maneira progressiva. Até 2018, 50% das vagas dos cursos serão destinados para estudantes de escola pública e 35% deverão ser reservados para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Dessa maneira, em 2014 foram reservadas 15% das vagas, em 2015 25%, em 2016 35%, em 2017 45% e em 2018 50% das vagas nos cursos da Unesp serão destinadas para estudantes cotistas.

Entretanto a conjuntura política e econômica do país e da universidade nos mostra que as verbas destinadas para a universidade estão distantes de atender a demanda por permanência estudantil e nesse ponto um outro ataque acompanhou a conquista das cotas. A promessa feita pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, de financiar as bolsas de estudantes cotistas está longe de ser cumprida. Dessa maneira, os gastos com a permanência ficam maiores para universidade, e a burocracia acadêmica não toma uma posição de pressionar o governador, pois compactua com a política educacional imposta pelo governo. Assim, os auxílios socioeconômicos que sairiam das contas do governo do Estado sairão da universidade, onerando ainda mais os já limitados recursos destinados a Restaurantes Universitários e Moradias Estudantis.

A quantidade de auxílios para atender toda a demanda da Unesp é irrisória. Em um universo de 51.586 alunos de graduação e pós graduação, são disponibilizadas pouco mais de 2000 bolsas para toda a Unesp! A greve de 2013 conquistou o compromisso da antiga gestão da REItoria em atender toda a demanda por auxílios socioeconômicos que tem sido cumprida, ainda que as custas de redução artificial

1 Programa de Inclusão por Mérito que o governo do Estado de São Paulo e a UNESP tentaram impor, encontrando uma resistência combativa e organizada por parte dos estudantes em 2013, quando o movimento estudantil protagonizou uma de suas maiores greves, com diversos campi em luta, mais de dez campi com direções ocupadas, duas ocupações de reitoria e manifestações que contaram com apoio inclusive de movimentos sociais urbanos.

2 A Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) é composta por estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes de maneira que cada segmento tem o mesmo número de representantes e poder de decisão. A esmagadora maioria das instâncias administrativas da universidade é regida pela estrutura de poder do 70-15-15, onde docentes possuem 70% das cadeiras e do peso dos votos dessas instâncias, ao passo que estudantes e servidores técnico-administrativos possuem apenas 15% cada um.

de demanda e de condições de trabalho terríveis para assistentes sociais que realizam o processo. Esses pontos devem ser pautas primordiais do movimento estudantil para que nossas conquistas não retrocedam e se tornem prejuízo para outros segmentos e mesmo para estudantes.

É notável que a considerável melhora da situação tenha ocorrido apenas após a greve de 2013, com um aumento na quantidade de bolsas e correção de seu valor, por mais que ela ainda se mostre muito abaixo do ideal, apenas R\$ 350,00 por 12 meses, mesmo se compararmos com outras estaduais paulistas, como a Unicamp, onde o auxílio socioeconômico chega a R\$ 678,81.

(Antiga bolsa BAAE I – Atual Auxílio Socioeconômico)	
BAAE I	QTD
2012 -----	1387
2013 -----	1767 (Mobilização Estudantil reflete na quantidade e no valor)
2014 -----	1767 (1º ano de cotas e promessa não cumprida)
2015 -----	2211 (Aumento na quantidade: 436 bolsas)

A situação não é diferente quando se trata de Moradia Estudantil e Restaurante Universitário. Mais de 50 mil estudantes e a Unesp proporciona apenas 1240 vagas em moradias estudantis em todo o estado. Essas vagas, entretanto, são oferecidas apenas em 12 unidades da Unesp que possuem Moradia Estudantil: Araraquara, Araçatuba, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Rio Claro. Destacando Bauru com o menor número de vagas, apenas 32; e Ilha Solteira com o maior número 288, pois o prédio utilizado para moradia servia de alojamento de trabalhadores que construíram a usina hidrelétrica da cidade. Em São Paulo não existe um prédio da Unesp destinado para a moradia, sendo que a demanda por permanência é sanada por meio de casas alugadas para estes estudantes, oferecendo um total de 22 vagas.

Como medida paliativa para a questão de moradia a REitoria fornece Auxílios Alugueis para os estudantes de baixa renda nos campi onde não possuem moradia, ou naqueles nos quais a moradia está lotada – como é o caso da Moradia da Unesp/Marília que possui 95 vagas e mais de 140 estudantes – entretanto essa medida também não soluciona a questão da permanência estudantil pois o auxílio fornecido pela faculdade é insuficiente para arcar com o aluguel de um imóvel e todos os gastos com contas em geral.

Auxílio Aluguel	QTD
2012 -----	496
2013 -----	527
2014 -----	622
2015 -----	743

Podemos ver um ligeiro aumento dos auxílios no período de 2014 a 2015 pois a política de auxílios alugueis é muito mais interessante para a REItoria do que política de Moradias Estudantis. Além de ser uma política de permanência que pode ser retirada com uma canetada, o gasto com esse auxílio é muito menor do que o gasto com a manutenção de um prédio destinado para moradia. O gasto de R\$ 250,00 por estudante, no período de 12 meses, se torna muito vantajoso para a Universidade, mas é muito pouco para estudantes que somente com muita luta conseguiram ultrapassar a barreira do vestibular e ter acesso ao ensino superior público. Através desses mecanismos a universidade consegue manter seu status elitizado, feito pela e para a elite do estado de São Paulo, e não para as/os trabalhadoras/es e seus filhos/as que financiam este espaço com os impostos e o mantém funcionando com seu trabalho.

Outros auxílios foram conquistados com a greve de 2013, como o Auxílio Provisório: concedido a/ao aluno ingressante que comprove extrema vulnerabilidade econômica e impossibilidade de permanecer até o resultado do processo seletivo de auxílios socioeconômicos. Este auxílio dura da matrícula até o resultado do processo seletivo; Auxílio Transporte: concedido a/ao aluna/o contemplada/o pela Moradia Estudantil de difícil acesso e/ou distante da Unidade Universitária, ou em casos especiais aquelas/es contempladas/os com o Auxílio Aluguel; Auxílio Estágio: concedido quando a/o aluna/o realiza Estágio Curricular Obrigatório não remunerado em um município diferente da Unidade Universitária, oferece o valor de R\$ 350,00 com vigência de 12 meses; Auxílio Especial: concedido a/ao aluna/o com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou doença grave que apresente vulnerabilidade socioeconômica, a duração desta bolsa cobre o período de graduação da/o contemplada/o; e por último o subsídio alimentação que anteriormente era vinculado a bolsa BAAE I e Auxílio Aluguel, e agora passa a se vincular ao auxílio socioeconômico, ao auxílio aluguel e a moradia estudantil, no valor de R\$ 75.00 e duração de 12 meses.

Como podemos ver, o auxílio alimentação está longe de proporcionar condições para uma alimentação digna, todos os dias do mês e em todas as refeições. Nesse sentido, uma política importante para que a/o estudante possa ter acesso a uma refeição de qualidade é o Restaurante Universitário (R.U). Mas adivinhe só? Esta é outra política que não é universalizada e não atende toda

a demanda da Unesp.

Juntando todas as unidades onde existem R.U - que são 10, Araraquara (sem funcionamento), Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, somam o total de 5000 refeições. Marília é o local onde o R.U é mais barato: R\$ 2,50, e Jaboticabal o local onde a refeição é mais cara, R\$ 5,50. O Restaurante de Ilha Solteira se difere dos demais, pois está situado dentro da Moradia Estudantil e apenas os moradores da moradia tem acesso a ele. Em Assis, o valor da refeição é R\$ 4,00, mas os moradores da moradia possuem o grandioso desconto de R\$ 0,50. Em toda a Unesp a média de preço do restaurante é de R\$ 3,63 para a Graduação; R\$ 4,14 para a Pós Graduação; com uma média de 3,514 refeições servidas por dia.

Os investimentos com a permanência estudantil na Unesp deveriam cobrir toda a demanda constatada e ampliar gradativamente seus recursos para atender as projeções futuras sem prejuízos e eventual aumento do índice de evasão escolar. Entretanto, desde 2014, a REItoria tem destinado o mesmo valor, sem reajuste algum: R\$ 14.631.000,00. Como podemos ver na projeção elaborada pela CPPE que reproduzimos abaixo, os recursos destinados para a permanência são insuficientes e tem a tendência a se afastar cada vez mais do montante de recursos necessários para atender a demanda por permanência estudantil:

Permanência	2014	2015	2016	2017	2018
BAAE	10.638.720,00	16.013.640,00	20.680.200,00	25.933.020,00	30.161.280,00
Moradia	2.976.000,00	3.422.400,00	9.720.000,00	7.303.200,00	9.888.800,00
R.U.	5.706.804,00	12.684.514	21.419,422	16.018,156	19.518.572
Total:	19.321.524,00	32.120.554,00	51.819.642,00	49.254.376,00	59.568.652,00

Como garantir um ensino digno e de qualidade se a/o estudante pobre não consegue manter condições mínimas de subsistência na cidade de estudo? Esse é um dos mais importantes motivos pelo qual nós estudantes temos que nos colocar em luta para garantir acesso e permanência ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. Fazendo o contraponto necessário a esse projeto elitista e excludente levado a cabo pelos de cima é que nós estudantes, por meio do movimento estudantil seremos capazes de acumular a força social necessária para realizar o nosso projeto de universidade e de educação, esse sim verdadeiramente democrático, com acesso e permanência, e produção de conhecimento voltada aos interesses das/dos de baixo.

SÓ NA LUTA E COM GARRA QUE A PERMANENCIA SAI NA MARRA!



Pró-Resistência Popular Núcleo Marília